



PARECER PRÉVIO Nº 13/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11098/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Carauari.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Francisco Costa dos Santos (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Ana Lúcia Salazar de Sousa - OAB/AM 7.173, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides - OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4.514, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474 e Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM 6.935.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 500/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da Prefeitura de Carauari - exercício 2013 -, sob a responsabilidade do Sr. Francisco Costa dos Santos - Prefeito do Município de Carauari, à época -, nos termos do art. 1º, I da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, e em razão das impropriedades consideradas mantidas no Relatório/Voto;
- 10.2. **Determinar** à Câmara Municipal de Carauari, o cumprimento do art. 127, §§5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 (sessenta) dias para o julgamento das contas do exercício de 2013, sob responsabilidade do **Sr. Francisco Costa dos Santos** - Prefeito do Município de Carauari, à época.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 13/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 30 de Abril de 2019.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 13/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11098/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Carauari.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Francisco Costa dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ana Lúcia Salazar de Sousa - OAB/AM 7.173, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides - OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4.514, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474 e Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM 6.935.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 500/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Carauari. Exercício de 2013.

Determinação. Irregularidade. Multa. Alcance.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Carauari, exercício 2013, sob a responsabilidade do **Sr. Francisco Costa dos Santos**, Prefeito do Município de Carauari, à época, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, e em razão das impropriedades consideradas mantidas no Relatório/Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Francisco Costa dos Santos** - Prefeito do Município de Carauari, exercício 2013, no valor de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 308, I, "a" da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, referente ao valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por mês de atraso no envio da movimentação contábil da Prefeitura de Carauari a esta Corte de Contas por meio magnético, conforme demonstrado na impropriedade elencada no item 23 do Relatório/Voto.



ACÓRDÃO Nº 13/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Costa dos Santos**, Prefeito do Município de Carauari, exercício 2013, no valor de **R\$ 8.534,00** (oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais), com fulcro no art. 308, I, "b" da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, referente ao valor de R\$ 1.706,80 por bimestre de atraso no envio do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, conforme demonstrado nas impropriedades elencadas nos itens 01 e 24 do Relatório/Voto.

O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Costa dos Santos**, Prefeito do Município de Carauari, exercício 2013, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 308, I, "c" da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão do atraso no envio do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º Semestre do exercício de 2013, conforme demonstrado no item 02 do Relatório/Voto.

O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre



ACÓRDÃO Nº 13/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Costa dos Santos**, Prefeito do Município de Carauari, exercício 2013, no valor de **R\$ 40.963,17** (quarenta mil, novecentos e sessenta e três reais e dezessete centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão dos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar elencados nos itens 3 (alíneas "a", "b", "c", "f", "g" e "i"), 4 (alíneas "a", "b", "c", "e" e "g"), 5 (alíneas "c", e "d"), 6 (alíneas "c", "d", e "e"), 7 (alíneas "a" e "c"), 8 (alíneas "a" e "b"), 9 (alíneas "a", "b", "c" e "d"), 10 (alínea "a"), 11 (alíneas "a", "b" e "d"), 12 (alíneas "a", "b" e "c"), 13 (alíneas "a" e "b"), 14 (alíneas "b" e "c"), 15 (alíneas "b" e "c"), 16 (alínea "a"), 17 (alíneas "a" e "b"), 18 (alínea "a"), 19 (alíneas "a" e "b"), 20 (alíneas "a" e "b"), 21 (alínea "c"), 22 (alínea "a"), 25, 26, 27 e 28 do Relatório/Voto;

O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.6. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Francisco Costa dos Santos**, Prefeito do Município de Carauari, exercício 2013, no valor total de **R\$ 3.440.195,62** (três milhões, quatrocentos e quarenta mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta e



ACÓRDÃO Nº 13/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

dois centavos), em razão das impropriedades elencadas nos itens 03 (alínea "h"), 5 (alínea "d"), 6 (alínea "e"), 8 (alínea "b"), 9 (alínea "d"), 10 (alínea "a"), 11 (alínea "d"), 12 (alínea "c"), 13 (alínea "b"), 14 (alínea "c"), 15 (alínea "c"), 16 (alínea "a"), 18 (alínea "a"), 19 (alínea "b"), 20 (alínea "b"), 21 (alínea "c") e 22 (alínea "a") do Relatório/Voto, do qual **R\$ 3.415.050,62** (três milhões, quatrocentos e quinze mil, cinquenta reais e sessenta e dois centavos) deve ser considerado em alcance solidário com as empresas contratadas para a prestação dos serviços que, em razão da sua não demonstração, ensejaram a aplicação da referida glosa, conforme discriminado abaixo:

a) no valor de **R\$ 145.600,00** (cento e quarenta e cinco mil e seiscentos reais) à Empresa **Dagoberto Barros de Lima - ME**, em razão da impropriedade elencada no item 10 (alínea "a") do Relatório/Voto;

b) no valor de **R\$ 36.000,00** (trinta e seis mil reais) à Empresa **Eficaz Consultoria e Projetos**, em razão da impropriedade elencada no item 18 (alínea "a") do Relatório/Voto;

c) no valor de **R\$ 641.192,92** (seiscentos e quarenta e um mil, cento e noventa e dois reais e noventa e dois centavos) à Empresa **M. C. Pinheiro de Souza & Cia Ltda - ME**, em razão das impropriedades elencadas nos itens 15 (alínea "c") e 22 (alínea "a") do Relatório/Voto;

d) no valor de **R\$ 49.493,50** (quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos) à Empresa **M. Lopes de Lima - ME**, em razão da impropriedade elencada no item 12 (alínea "c") do Relatório/Voto;

e) no valor de **R\$ 2.394.330,52** (dois milhões trezentos e noventa e quatro mil, trezentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos) à Empresa **Ribeiro e Lima Construções Ltda**, em razão das impropriedades elencadas nos itens 3, (alínea "h"), 5 (alínea "d"), 6 (alínea "e"), 8 (alínea "b"), 9 (alínea "d"), 13 (alínea "b"), 14 (alínea "c"), 16 (alínea "a") e 19 (alínea "b") do Relatório/Voto;

f) no valor de **R\$ 46.220,00** (quarenta e seis mil, duzentos e vinte reais) à Empresa **Rocha e Rocha Comércio Varejista de Material de Construção em Geral Ltda - ME**, em razão da impropriedade elencada no item 11 (alínea "d") do Relatório/Voto;

g) no valor de **R\$ 49.013,68** (quarenta e nove mil, treze reais e sessenta e oito centavos) à Empresa **Trenna Construções Comércio e Serviços**



ACÓRDÃO Nº 13/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Ltda., em razão da impropriedade elencada no item 20 (alínea "b") do Relatório/Voto;

h) no valor de **R\$ 53.200,00** (cinquenta e três mil e duzentos reais) à Empresa **Valdemir Américo da Silva – ME**, em razão da impropriedade elencada no item 21 (alínea "c") do Relatório/Voto.

Os referidos valores devem ser recolhidos à esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Carauari, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o art. 174 da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM.

- 10.7. Considerar em Alcance o Sr. Francisco Costa dos Santos**, Prefeito do Município de Carauari, exercício 2013, no valor de **R\$ 1.286.425,73** (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e três centavos), em razão da não apresentação de documentos que comprovassem os dispêndios realizados com passagens e despesas de locomoção, conforme acentuado pelo *Parquet* (fls. 6.000) e elencado no item 29 do Relatório/Voto.

Os referidos valores devem ser recolhidos à esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Carauari no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o art. 174 da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM.

- 10.8. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Francisco Costa dos Santos**, Prefeito do Município de Carauari, exercício 2013, no valor de **R\$ 13.716.276,90** (treze milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa centavos), em razão das impropriedades consideradas mantidas pelo *Parquet* - em seu Parecer n.º 500/2019 - e elencadas no item 29 (alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", e "h") do Relatório/Voto, em solidariedade com as empresas contratadas para a prestação dos serviços que, em razão de não haver provas de suas realizações, ensejaram a aplicação da referida glosa, conforme discriminado abaixo:

a) no valor de **R\$ 420.780,00** (quatrocentos e vinte mil, setecentos e oitenta reais) à Empresa **Valdemir Américo da Silva - ME**, em razão de não ter restado comprovada a efetiva execução dos serviços apontados na Tabela de fls. 6.001 do Parecer Ministerial e apontados no item 29 (alínea "a") Relatório/Voto;

b) no valor de **R\$ 1.650.666,70** (um milhão, seiscentos e cinquenta mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta centavos), à Empresa



ACÓRDÃO Nº 13/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Nathia Feitosa Almeida - ME, em razão de não ter restado comprovada a efetiva execução dos serviços elencados na Tabela de fls. 6.002 e apontados no item 29 (alínea "b") Relatório/Voto;

c) no valor de **R\$ 3.102.059,85** (três milhões, cento e dois mil, cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), à Empresa **M. Lopes de Lima – ME**, em razão de não ter restado comprovada a efetiva execução dos serviços elencados na Tabela de fls. 6.003 do Parecer Ministerial e apontados no item 29 (alínea "c") Relatório/Voto;

d) no valor de **R\$ 2.953.320,98** (dois milhões, novecentos e cinquenta e três mil, trezentos e vinte reais e noventa e oito centavos), à Empresa **Raimundo Alves Ponciano – ME**, em razão de não ter restado comprovada a efetiva execução dos serviços elencados na Tabela de fls. 6.003 do Parecer Ministerial e apontados no item 29 (alínea "d") Relatório/Voto;

e) no valor de **R\$ 339.548,40** (trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos), à Empresa **Francisca Filinto Porfirio – ME**, em razão de não ter restado comprovada a efetiva execução dos serviços elencados na Tabela de fls. 6.004 do Parecer Ministerial e apontados no item 29 (alínea "e") Relatório/Voto;

f) no valor de **R\$ 1.214.918,90** (um milhão, duzentos e quatorze mil, novecentos e dezoito reais e noventa centavos), à Empresa **Virgínia Tamara V. da Silva – ME**, em razão de não ter restado comprovada a efetiva execução dos serviços elencados na Tabela de fls. 6.004 do Parecer Ministerial e apontados no item 29 (alínea "f") Relatório/Voto;

g) no valor de **R\$ 3.305.700,00** (três milhões, trezentos e cinco mil e setecentos reais), à Empresa **D. S. de Souza Gráficos – ME**, em razão de não ter restado comprovada a efetiva execução dos serviços elencados na tabela de fls. 6.005 do Parecer Ministerial e apontados no item 29 (alínea "g") Relatório/Voto;

h) no valor de **R\$ 729.282,07** (setecentos e vinte e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e sete centavos), à Empresa **M. M. Borges – ME**, em razão de não ter restado comprovada a efetiva execução dos serviços elencados na Tabela de fls. 6.005 do Parecer Ministerial e apontados no item 29 (alínea "h") Relatório/Voto;

Os referidos valores devem ser recolhidos à esfera Municipal para o



ACÓRDÃO Nº 13/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

órgão Prefeitura Municipal de Carauari no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o art. 174 da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM.

- 11- **Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 30 de Abril de 2019.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição